

CICLO “FUTURO DO PRESENTE
– O BRASIL IMAGINADO”

O Brasil no futuro do mundo

JACQUES MARCOVITCH

É uma grande honra participar deste ciclo de conferências que tem o futuro como tema central. Faço-o com certa ousadia, optando pela abordagem construtiva e na contracorrente do ceticismo tão recomendável para a boa fama de isenção e objetividade. Acredito no futuro, desde que façamos dele a nossa luta de todos os dias, e não uma possibilidade sempre aberta de adiamento.

O dia seguinte pode ser mudado agora, para melhor, especialmente quando se tem ao lado a inteligência transformadora dos homens de saber. Na arquitetura do tempo a ser vivido, cada nação deverá preparar-se para que possa buscar mais adiante o espaço que julga caber-lhe no concerto universal. A isto se convencionou chamar de visão estratégica e Richard Haass nomeou como “doutrina da restauração”.

O que dizer do incerto, do não sabido, do que está por acontecer?

Como falar do Brasil no futuro do mundo se as principais nações do Ocidente, que nos legaram elementos de um processo

Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, da qual foi reitor (1997-2001). Autor, entre outras obras, dos livros *Para mudar o futuro: mudanças climáticas, políticas públicas e estratégias empresariais*; *A gestão da Amazônia: ações empresariais, políticas públicas, estudos e propostas*; e da trilogia *Pioneiros & empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*.

* Conferência proferida em 20 de agosto de 2013.

civilizatório e com as quais interagimos no correr dos séculos, estão, nos dias de hoje, demasiadamente ocupadas com os seus próprios interesses, alheias a qualquer futuro que não seja o seu próprio futuro?

~ A crise e seus contrapontos

A crise mundial de 2008, afetando principalmente as potências da Europa e os Estados Unidos, alargou significativamente o desinteresse unilateral que quase sempre as distanciou da América Latina e, dentro dela, o Brasil. Entre os possíveis interlocutores europeus capazes de responder se podem reservar para nós um sítio que hospede um sonho nosso de futuro está Portugal, que nos descobriu, educou e explorou pelo tempo de três séculos. Este é um dos mais sacrificados Estados nas turbulências econômicas em curso no Velho Mundo.

O espaço internacional desenvolvido, onde poderíamos estar mais presentes no amanhã, acha-se completamente desarrumado. A crise ampliou as assimetrias sociais em suas sociedades e fragilizou as respectivas economias. No mundo inteiro, segundo o mais recém-divulgado relatório da Organização Internacional do Trabalho, o número de desempregados rompeu a casa de 200 milhões de pessoas.

Diz a OIT que o potencial de distúrbios sociais é maior nos 27 países que compõem a União Europeia do que no resto do mapa. Em 14 de 26 economias analisadas, há também um crescente número de pobres. No conjunto de países do G-20, o lucro das empresas aumentou 3,4% entre 2007 e 2012, enquanto os salários médios subiram apenas 2,2% e os investimentos recuam incessantemente.

Isto implica dizer que os nossos possíveis parceiros tradicionais de uma sonhada presença no futuro amargam um encolhimento jamais visto de sua classe média. Para citar apenas um país, lembremos a Espanha. Ela passou a ter este estrato social com 46% da população em 2010, enquanto em 2007 era de 50%. Se a nossa busca de futuro fosse empreendida hoje na direção da Europa, bem melhor seria permanecermos em casa, na América Latina, onde

57,1% da população está empregada, um percentual bem superior ao que havia um ano antes da crise, em 2007.

Estes indicadores da OIT estão atrelados a outros que refletem tendências destacadas pelos autores do relatório. Não estamos diante de simples projeção isolada que, no dizer dos cientistas sociais, é apenas uma declaração sobre o futuro. Sozinha, qualquer projeção se reduz à mera futurologia, em seu pior sentido. Não vale nada, por não estar construída em tendências que sejam regulares no meio social em que foi apurada. No relatório da OIT, o desafio para torná-la crível foi cumprido. Está no fato de que as taxas de mudança de uma sociedade estão marchando sempre na mesma cadência, de forma regular e contínua, para além do presente, e foram medidas por estas regras.

Quando as regras não se prendem a tendências verificáveis, sucumbem fatalmente às turbulências do imprevisível. Dá-se, então, que os seus indicadores, aparentemente sólidos e certos, desmancham-se no ar. Não é o caso das informações divulgadas pela OIT. O que se desmancha continuamente, de forma preocupante, é a marcha do tempo na Europa e nos Estados Unidos, um conjunto que sempre chamamos de “primeiro mundo”, cujas agruras parecem não ser apenas cíclicas.

Quais são os países que souberam superar a crise financeira de 2008 que teve origem no sistema financeiro norte-americano? A grande turbulência teve profundas repercussões nas relações internacionais, na geopolítica mundial, no comércio entre países, nos hábitos da população, na oferta de empregos e no ritmo dos investimentos. Durante o quinquênio 2008-2012, todos os países se ressentiram das consequências da recessão econômica e da contração do comércio internacional. Para responder à pergunta formulada, cabe preliminarmente observar que a crise financeira de 2008 está inserida em ciclos mais largos, que resultaram em radicais transformações.

~ Ciclos e transições

Num primeiro ciclo, foram despertadas as esperanças decorrentes dos “bônus da paz”, quando, ao término da Rio-92, se acenou para o financiamento com

estes recursos da Agenda 21 e do Protocolo sobre Florestas. Com a queda do Muro de Berlim e o final da “guerra fria”, almejava-se o redirecionamento de recursos expressivos para investimentos no binômio desenvolvimento com preservação da natureza.

Quando se estava iniciando este ciclo, menos de 10 anos depois da Rio-92, o mundo foi testemunha dos atos terroristas de 11 de Setembro em Nova York. Atos que se sucederam em várias capitais do mundo ocidental exacerbaram ainda mais preconceitos e discriminação.

Do universalismo inspirado em valores kantianos, os Estados-Nação migraram para a perspectiva do todos contra todos refletida na leitura hobbesiana do mundo, como ensina Celso Lafer. Em 2010, esta tendência é comprovada pelos gastos militares globais que excederam US\$ 1,6 trilhões de dólares ou aproximadamente US\$ 4,6 bilhões/dia, enquanto os recursos alocados à cooperação internacional estão limitados a US\$ 128 bilhões de dólares ou US\$ 350 milhões/dia.

Outro ciclo, bem mais longo, foi aquele concernente ao surgimento, há mais de dez mil anos, da palavra escrita, permitindo a transferência de conhecimentos a gerações então ainda não nascidas. Esta transferência gerou os excedentes de produtos agrícolas que estão na origem do escambo, e mais tarde do comércio além das fronteiras, que proporcionou riquezas e poder. Quinhentos anos atrás, a palavra impressa esteve na origem da revolução científica e da revolução tecnológica que levaram aos descobrimentos do “Novo Mundo” e em seguida à Revolução Industrial, que alcançou tardiamente o Brasil no século XX.

Cada uma destas revoluções foi acompanhada por mudanças tecnológicas nos campos da alimentação e da saúde, que levaram a população mundial a novos patamares demográficos, sendo 900 milhões, em 1800, 1,6 bilhão, em 1900, 6,3 bilhões, em 2000, e 7 bilhões atualmente, com uma projeção de 9 bilhões, sendo 2/3 de residentes em concentrações urbanas.

~ Transformações geopolíticas e socioeconômicas

Concluída a primeira década do segundo milênio, o mundo acumulou mutações geopolíticas, tensões nos mercados financeiros e rupturas nas tecnologias

de comunicação que passaram a integrar a maioria da população mundial. Estas rupturas estão também na origem das vulnerabilidades decorrentes do terrorismo e de estados fragilizados, riscos de pandemia e sistemas políticos em franca mutação.

No âmbito geopolítico, o G-8 já revelava há anos sinais de ineficácia. Foi na reunião do G-8 de 2005, em Gleneagles, que países emergentes foram convidados a participar de uma reunião adjacente para que, em 2008, na reunião do G-20 em Washington, se tornassem membros plenos do Grupo responsável por encontrar saídas para a crise mundial que levou as economias dos países desenvolvidos à estagnação econômica.

A primeira década do novo milênio, que se iniciou com a adesão da China à Organização Mundial do Comércio, termina com a China se tornando uma economia dinâmica com elevadas taxas de crescimento econômico relativo. Seus excedentes permitiram constituir grandes reservas, retirar milhões de chineses da pobreza, modernizar suas infraestruturas, avançar na inovação tecnológica e investir em fontes de provimento de matérias-primas no exterior, além de se tornar o maior credor dos Estados Unidos.

No âmbito econômico, a expansão incontrolada do crédito, a especulação desenfreada dos bancos sobre empréstimos imobiliários e os prejuízos causados a milhares de poupadores colocaram o capitalismo sob a tutela do Estado nos Estados Unidos e na Europa. Mas, agora, há risco de passar do pânico a uma renovada complacência. Quando o pânico marcou o último trimestre de 2008, mudanças estruturais foram priorizadas, para que a crescente integração digital dos mercados financeiros fosse acompanhada pelo estabelecimento de sistemas de fiscalização compatíveis à nova realidade dos mercados. Passado o pânico, há sempre o risco de que estas mudanças sejam postergadas e não sejam implantadas.

No início de 2008, com os impasses decorrentes da Rodada de Doha, vários governos, inclusive o governo brasileiro, reconheceram que foi um equívoco paralisar as negociações bilaterais focando unicamente o multilateralismo. A crise mundial mostrou que, diante do aumento dos países que participam das deliberações sobre as regras do comércio internacional e a crescente falta

de homogeneidade entre esses países, o bilateralismo preserva sua relevância para promover o comércio internacional.

No âmbito social, os programas de transferência condicionada de renda foram concebidos para combater a exclusão social. Durante a crise, estes programas se tornaram uma resposta econômica eficiente para assegurar uma demanda sustentada diante dos riscos de estagnação. Com a diminuição da demanda internacional, o setor produtivo se voltou para o mercado interno, que assegurou a rentabilidade mínima necessária.

~ Quem constrói o futuro?

A crise mundial debilitou as fontes tradicionais de filantropia. Fontes diversificadas de recursos, sólidas competências técnicas e integração das prioridades sociais com as prioridades ambientais são as lições que as organizações da sociedade civil retiram da presente crise.

Na dimensão ambiental, enquanto as grandes potências parecem convencidas da necessidade de migrar para uma maior eficiência energética e para tecnologias mais limpas, os recursos necessários a uma ambiciosa transição para uma economia de baixo carbono estão mais limitados. Muitos dos recursos que poderiam ter sido alocados à causa ambiental foram canalizados para gastos militares e mais tarde para salvar o sistema financeiro do seu colapso.

Embora o panorama da economia global continue turbulento, alguns países têm assentado as bases de novas formas de desenvolvimento. Esses países têm buscado os fundamentos de um ciclo de desenvolvimento baseado em sólida arquitetura financeira, enraizado em tecnologias mais limpas e numa matriz energética eficiente apesar de um horizonte repleto de desafios.

Estamos em um tempo que exige o reposicionamento dos governos, das organizações públicas e privadas, além do delineamento de novos modelos de governança, com dirigentes mais sensíveis às mudanças externas para sobrelevar os interesses nacionais. Para isso, desenvolvem estudos específicos baseados em *rankings* globais que medem entre outros: a renda *per capita* associada à esperança de vida ao nascer, qualidade de vida, qualidade da educação,

liberdade política, nível de emprego, capacidade de inovação, competitividade, segurança física individual, qualidade da vida comunitária, governança pública e igualdade entre gêneros.

Entre os países em patamar elevado nestas métricas, encontram-se os seguintes: Austrália, Bélgica, Canadá, Cingapura, Holanda, Hong-Kong, Israel, República da Coreia, Suíça e Taiwan. Estes países somam 186 milhões de habitantes e, além de se classificarem em alta escala nas variáveis enunciadas, detêm 26 das 100 melhores universidades do mundo.

O que é possível aprender com esses países, que chegaram a um nível satisfatório de educação e qualidade de vida? Nesses países cabe destaque a governança com elevada sensibilidade estratégica. Este fator induz o reposicionamento das organizações e empresas, através da inovação. Os elementos diferenciadores que seguem decorrem em grande parte de uma elevada consciência dos riscos e da necessidade de mitigá-los sem adiamentos.

1. Estado estratégico capaz de apreender tendências globais, mudanças no entorno e oferecer uma resposta mais rápida às expectativas da sociedade.
2. Contínuo reposicionamento das organizações públicas e privadas. Diante de um entorno em rápida transformação, cabe ao governo e às cadeias setoriais um rápido reposicionamento.
3. Capacidade de inovação decorrente do ambiente institucional, do sistema educacional e de pesquisa, da infraestrutura tecnológica, da resposta eficiente à demanda do mercado e da criatividade inserida no conhecimento gerado e nos resultados.
4. Consciência disseminada dos riscos e esforço coletivo de mitigá-los que elevam a resiliência aos riscos econômicos, geopolíticos, tecnológicos e ambientais.

Neste quadro de profundas transformações a extensão territorial brasileira sugere uma atenção especial para as especificidades regionais. Elas sinalizam para a necessidade de competências em relações internacionais de âmbito subnacional. Uma das regiões brasileiras que merece destaque neste sentido é a

Amazônia, com seus desafios a serem enfrentados conjuntamente pelos oito países responsáveis pelos seus destinos.

A rigor, somente o futuro, quando vier, poderá confirmar ou desmentir as projeções constantemente feitas sobre o futuro. Quer isto dizer que devemos ignorar o estudo de tendências na especulação em torno do que virá depois do presente? Decididamente não. Este descuido seria mais nocivo ainda ao rigor de qualquer planejamento. Estaríamos apequenando os cálculos de probabilidades e apostando no acaso ou na fatalidade.

Toda nação precisa de uma linha estratégica e toda estratégia precisa de métricas que projetem seus desdobramentos além do tempo em que foram determinadas. O que sequer merece atenção é o prognóstico enviesado pela convicção de quem o formulou. Uma prática, aliás, exercida por todos os governos e todas as oposições, em todas as épocas. De um lado, o êxito superestimado; de outro, fracassos imaginados ou, para usar a imagem de Nelson Rodrigues, o complexo de vira-latas.

~ O cenário atual

Configura-se no presente, segundo conceituação de Moisés Naim, a mais importante revolução do século, já em marcha acelerada, que irá estabelecer uma nova ordem energética mundial. Ele sustenta esta afirmação com alguns fatos consumados ou na iminência de acontecerem. A hegemonia petrolífera do Oriente Médio está seriamente ameaçada pelo Brasil, Canadá, Venezuela e México. O nosso país com os campos já descobertos do Pré-Sal, e ainda muitos outros a descobrir. Venezuela e Canadá destacam-se fortemente, graças aos seus imensos estoques de óleo pesado. E o México vem adotando medidas que, certamente, lhe garantem a recuperação do seu alinhamento entre os grandes produtores do mundo.

Com as armas da tecnologia, os Estados Unidos empreendem a “revolução do gás de xisto”. Naim nos informa que os métodos americanos para extração de energia dessas rochas constituem uma inovação que poderá fazer daquele país, em 2020, o principal exportador de energia do mundo, advertindo,

porém, sobre os riscos ambientais do processo de exploração. Ressalte-se ainda que as pesquisas naquele país, com os maiores aportes financeiros em todo o mundo, permitem esperar para breve o surgimento de etanol de celulose, substituindo o de milho e tornando-se mais competitivo do que o de cana-de-açúcar.

Em termos de mercado interno, a China já se situou como o maior consumidor de energia do mundo, superando os Estados Unidos em 4%. E é também campeã na produção de energia solar e eólica. Os americanos lideraram esse *ranking* por cem anos, desde 1910.

O Brasil aproxima-se de uma safra já calculada em 200 milhões de grãos. Alcança neste setor, no de carnes e de outros produtos agrícolas, uma posição fundamental para que o mundo se alimente na próxima década. Esta previsão figura no estudo veiculado em junho deste ano pela FAO e pela OCDE. Tal contribuição torna-se mais importante, quando se considera que o ritmo da produção global será menos intenso do que o de consumo. Nos próximos dez anos, a evolução será de 1,5% ao ano, contra 2,1% entre 2013 e 2012. Também o milho e a soja figuram com destaque na safra brasileira destinada ao mundo.

A propósito do Brasil e sua presença no futuro, tem a Universidade de São Paulo desenvolvido estudos importantes que devem ser lembrados, principalmente aqueles relacionados com o meio ambiente. Em nosso país, as projeções para a primeira metade deste século, em termos demográficos e energéticos, apontam para a importância de medidas que redirecionem as práticas ambientais. Caso persistam as tendências atuais das emissões de poluentes, o quadro se tornará dramático. Até 2030, a demanda de energia crescerá em 60%, em função do aumento da população global, que pode chegar a 9 bilhões de habitantes.

Nesta linha temática, uma reflexão sobre o futuro próximo pode simultaneamente abranger múltiplas direções, ocupando-se de questões globais e locais ao mesmo tempo. No plano interno, por exemplo, como os nossos biomas reagirão, durante o século XXI, aos fenômenos climáticos ocasionados pela concentração de poluentes na atmosfera? O programa *Brasil: O País no*

Futuro, desenvolvido pelo Instituto de Estudos Avançados da USP, convidou os cientistas Enéas Salati e Ângelo Augusto dos Santos, da Fundação Brasileira de Desenvolvimento Sustentável, para indicarem os temas ambientais relevantes nos próximos 20-30 anos. Sobre os impactos das mudanças climáticas globais nos biomas brasileiros, eles ofereceram esta resposta:

[...] A previsão através de modelagem para vários cenários de emissões de gases de efeito estufa (GEE) indica um aumento na temperatura das Regiões Sudeste e Centro-Oeste da ordem de 4-4,5°C e um aumento de precipitação entre 10-15%. Na Região Amazônica também é previsto um aumento da temperatura, porém as conclusões sobre as variações da precipitação ainda são incertas. Com maior grau de confiança, prevê-se um aumento de até 80cm. no nível médio do mar.

~ O Brasil no futuro

Ao registrar que o rigor metodológico ajudaria uma aproximação mais razoável do que poderia ser o Brasil no futuro do mundo, não queremos induzir os presentes a desprezar outras formas de cultivar o sonho de um país melhor em novos tempos. Caso não encontremos indícios veementes para essa aproximação, poderemos refletir como nos aconselha Alfred Doren: “A utopia é o espaço do desejo.” A vontade humana, teimosa e construtiva, sempre acabará triunfando sobre as grandes dificuldades para transformar a história. Mesmo que não se saiba exatamente como se dará este aperfeiçoamento.

No primeiro ano deste século XXI, quando a racionalidade liberal festejava a obsolescência da utopia, Russell Jacoby escreveu um livro exortando os intelectuais a resgatar a densidade e o caráter visionário que tanto escasseavam nos estudos acadêmicos. Decorridos 12 anos, aqui está um de seus modestos leitores a reiterar seu tema e seu apelo.

A obra deste pesquisador da Universidade da Califórnia, tão dura em suas críticas ao fracasso do radicalismo, não festeja o triunfo do realismo ou do pragmatismo, que implantaram no final do século XX o que ele chamou de “era da apatia”. Uma era claramente propícia à triste escolha entre o *statu quo*

e algo ainda pior. Uma era cinzenta que não se empenhava sobre o futuro por absoluta descrença quanto a ser este diverso do presente. Entretanto, uma tese brilha nas trevas descritas pelo seu livro:

(...) Emprego o adjetivo utópico em seu sentido mais amplo e menos ameaçador: a crença de que o futuro pode superar fundamentalmente o presente. Refiro-me à ideia de que a textura vindoura da vida, do trabalho e mesmo do amor pode assemelhar-se muito pouco à que hoje nos é familiar. Tenho em mente a noção de que a história contém possibilidades de liberdade e prazer ainda inexploradas.

Jacoby, lembrando o apelo de Samuel Coleridge, duzentos anos antes, para que um seu contemporâneo escrevesse poemas em defesa do aperfeiçoamento da Humanidade, declarou que o seu livro *O fim da utopia* não era um poema, mas ele gostava de acreditar que, ao defender o impulso visionário, esta obra atendia àquele apelo. No final do seu trabalho, recordando os imprevistos acontecidos na metade do século XX, pergunta-se: “Quem poderá garantir que o futuro não possa reservar surpresas semelhantes?”

Surpresas não faltam na História do Brasil. No auge da inflação de três dígitos, que iniciou o seu galope no final da ditadura e chegou a uma velocidade inimaginável, jamais poderíamos supor que algo a detivesse na contracorrente de todos os prognósticos. Veio o Plano Real e vieram três presidentes que o sustentaram: um intelectual, um operário metalúrgico e uma mulher, que agora disputa o segundo mandato. Jamais poderíamos supor que chegaríamos hoje a uma situação de pleno emprego, ou que a inclusão social fizesse emergir na sociedade brasileira uma nova classe média. Em duas décadas, o país ganhou *status* de emergente e permite que Richard Haass, na contramão do fluxo natural dos acontecimentos, declare a nossa condição de potência global.

~ Uma agenda para o futuro

Cabe perguntar e responder sobre o começo deste porvir. Será daqui a um minuto, no dia de amanhã, ou quando? A rigor, futuro é o momento posterior

ao tempo em que se fala. Aqui, entretanto, a questão se coloca em contexto que exige a fixação de um ponto de partida ou de chegada. Tratamos de um país, não de uma pessoa ou grupo social.

Parece-nos razoável a escolha do ano de 2015, logo depois das próximas eleições presidenciais no Brasil. Mais do que isso, de um acontecimento internacional da máxima importância em que o Brasil e outras 190 nações do mundo terão de apresentar os balanços de seus compromissos relativos às Metas do Milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas, com o propósito de tornar o mundo mais habitável e com mais claras perspectivas de responder aos desafios sociais. Foram estabelecidas oito metas a serem atingidas:

1. Erradicar a extrema pobreza e fome
2. Educação básica de qualidade para todos
3. Promover a igualdade entre gêneros e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde das gestantes
6. Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer parcerias para o desenvolvimento.

A menos de mil dias para a data-limite, o Brasil cumpriu aquelas relacionadas com a fome, o atraso escolar básico, a igualdade entre os gêneros e o combate à AIDS, malária e outras doenças.

Nas questões restantes, segundo o monitoramento em marcha, estamos há poucos passos de realizá-las. Foi também destacado no balanço parcial da PNUD que o Brasil vem diminuindo a desigualdade social desde 2001, tendo atingido o seu nível mais positivo em 2005.

Os objetivos foram demarcados na virada do século para o terceiro milênio e constitui o maior compromisso global sobre o desenvolvimento humano já firmado no âmbito da ONU. Um informe do PNUD foi enfático quanto ao engajamento do Brasil:

O Brasil tem colhido resultados nos desafios dos Objetivos do Milênio. A meta de reduzir a porcentagem da população brasileira abaixo da linha de pobreza — aqueles cidadãos que vivem com menos de 1,25 dólares por dia — para 12,3% foi alcançada com êxito: hoje, são 4,3% dos brasileiros que ainda se encontram nesta situação. O aumento significativo de matrículas na rede básica de educação e a equiparação no número de meninos e meninas matriculados também são pontos de destaque nos compromissos assumidos pelo país. As taxas de indivíduos com o vírus HIV estão estabilizadas, e em 2011 o Brasil atingiu outra meta: a de reduzir em dois terços a mortalidade infantil, chegando a uma média de 15,7 óbitos a cada 1.000 nascimentos.

Além disso, o Brasil avançou nas metas de parcerias mundiais para o desenvolvimento, muito em virtude do importante papel que ocupa nas relações de cooperação sul-sul. O compartilhamento de experiências em saúde, agricultura e segurança alimentar com outros países em desenvolvimento é um exemplo concreto desta atuação.

Das metas delineadas no compromisso, ainda há grandes demandas a serem trabalhadas no país. As principais são a desigualdade racial no acesso à educação, a saúde materna, a reversão da perda de recursos ambientais e a intensificação do desenvolvimento sustentável.

O documento anuncia que foi estabelecida uma agenda de compromissos em janeiro de 2013, encaminhada a todos os prefeitos do país e ao Governo Federal, para acompanhar a evolução dos indicadores e contribuir na melhoria da qualidade de vida em cada município. Fixou-se ainda uma agenda 2015, a ser trabalhada e apresentada na próxima Assembleia Geral da ONU.

... e para um futuro mais distante

Com uma esperança de vida projetada que tende aos 100 anos de idade, uma criança nascida nesta década irá provavelmente testemunhar a década que se inicia no ano de 2100. Como dotar este ser dos meios para pensar e agir para a construção deste futuro distante? Para responder a esta pergunta, cabe ao Brasil construir e disseminar um sistema de valores baseado no culto à dignidade humana, no combate à injustiça e à discriminação, na consolidação dos laços sociais através do convívio humano, e na mitigação dos riscos para evitar

suas trágicas consequências. Para isso, o fomento às relações internacionais em direção a um mundo melhor deveriam estar no topo da agenda do multilateralismo como o da Organização das Nações Unidas.

Nesta organização que oferece um espaço de diálogo entre países, cabe destacar a presença recente dos brasileiros Paulo Sérgio Pinheiro à frente da missão da ONU para a guerra civil na Síria; Roberto Azevedo, na Presidência da Organização Mundial do Comércio; José Graziano à frente da FAO; e Paulo Vannuchi na direção da Comissão de Direitos Humanos da OEA. Vale realçar que estes cargos se vinculam a questões cruciais para todos os povos: a paz no mundo, os direitos humanos, o combate à fome e o comércio justo entre as nações.

Procurei transmitir a todos o cenário que vislumbro, além dos debates que agitam os dias de hoje. Todos perceberam que o palestrante contempla o futuro com um olhar positivo e não encontra motivos para nublar esta visão. Já despontam no horizonte os primeiros sinais da consolidação dos esforços aqui resumidos.

Os gestores do presente conduzirão as estratégias de longo prazo. Não me cabe avaliar os seus erros e acertos. Eles terão, nessa tarefa, outros juízes mais habilitados e mais justos.

O futuro é a única fase do tempo em que os sonhos de ontem e de hoje podem transformar-se em realidade. Sendo impossível mudar o passado, e considerando que as realizações do presente foram imaginadas antes, cabe aos indivíduos responsáveis zelar, nos dias de hoje, pelo meio em que viverão seus descendentes.

Tentei falar-lhes, com a exatidão possível, de um mundo desconhecido para todos nós, porque ainda em construção.

Muito obrigado.